

O DIA EM QUE A CASA CAI: A HORA E A VEZ DOS “MINEIRINHOS”

[WHEN IT ALL COMES TUMBLING DOWN: THE TIME AND TURN OF THE “MINEIRINHOS”]

ERMELINDA MARIA ARAÚJO FERREIRA¹

ORCID 0000-0002-0911-494X

Universidade Federal de Pernambuco – Recife, PE, Brasil

Resumo: Para Edward Said, intelectual é aquela figura cujo desempenho público não pode ser previsto nem forçado a enquadrar-se numa linha partidária ortodoxa ou num dogma rígido. Em *As representações dos intelectuais*, no entanto, ele se confessa desanimado com essa percepção, pela tendência que observa nesta classe de promover a alta cultura, deplorando o “homem comum” e a cultura de massa. Neste artigo, discutimos brevemente as estratégias de posicionamento crítico e autocrítico de Guimarães Rosa e de Clarice Lispector frente ao problema, a partir de uma abordagem comparativista do conto “A hora e a vez de Augusto Matraga” e da crônica “Um grama de *radium* – Mineirinho”.

Palavras-chave: Intelectual; Justiça; Ética; Guimarães Rosa; Clarice Lispector

Abstract: For Edward Said, intellectual is that figure whose public performance cannot be predicted or forced to fit into an orthodox party line or rigid dogma. In *The representations of intellectuals*, however, he confesses to being discouraged by this perception, due to the tendency he observes in this class to promote high culture, deploring the “common man” and mass culture. In this article, we briefly discuss the strategies of critical and self-critical positioning of Guimarães Rosa and Clarice Lispector in the face of the problem, from a comparative approach of the short story “A hora e a vez de Augusto Matraga” and the chronicle “Um grama de *radium* - Mineirinho”.

Keywords: Intellectual; Justice; Ethics; Guimarães Rosa; Clarice Lispector

Quando chega o dia da casa cair – que, com ou sem terremotos, é um dia de chegada infalível – o dono pode estar: de dentro ou de fora. É melhor de fora. E é a só coisa que qualquer um está no poder de fazer. (...) Assim, quase qualquer um capia outro, sem ser Augusto Esteves, naqueles dois contratemplos teria percebido a chegada do azar, da unhaca, e passaria umas rodadas sem jogar, fazendo umas férias da vida: viagem, mudança, ou qualquer coisa ensossa, para esperar o cumprimento do ditado: ‘cada um tem seus seis meses’.

Guimarães Rosa. “A hora e a vez de Augusto Matraga”

Essa justiça que vela o meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais. Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso dormimos e falsamente nos salvamos. (...) Em Mineirinho rebentou o meu modo de viver. Como não amá-lo, se ele viveu até o décimo terceiro tiro o que eu dormia?

Clarice Lispector. “Mineirinho”

Nestes que são contos emblemáticos de Guimarães Rosa e Clarice Lispector, a figura do “mineirinho” é uma espécie de instância narrativa comum, identificada com o povo simples, interiorano ou suburbano, talvez mais proximamente brasileiro por ter brotado das penas desses escritores nacionais, mas que pode ser transplantado para outras paragens quando certa conjunção de forças, sem rosto nem identidade, favorece a aproximação. A alcunha carinhosa carrega um indisfarçável peso de ironia e preconceito, patente na definição de um: “Povo sarado e escoado... Não é gente fácil ... porque eles andam sempre com a raiva fora-de-hora, e não gostam de parar mais, quando começam a brigar” (ROSA, 2009, p. 257); mas que se reconhece espelhada na definição da outra,

pois: “nós todos, lama viva, somos escuros, e por isso nem mesmo a maldade de um homem pode ser entregue à maldade de outro homem... nós todos somos perigosos” (LISPECTOR, 2016, p. 390).

De início, um desafio se impõe a essa proposta comparativista: o fato de que o conto “A hora e a vez de Augusto Matraga” (in: *Sagarana*, 1946) é, reconhecidamente, uma obra de ficção: “Assim se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho, deste jeito, sem tirar nem pôr, sem mentira nenhuma, porque esta aqui é estória inventada, e não é um caso acontecido, não senhor” (ROSA, 2009, p. 250); enquanto o texto “Um grama de *radium* – Mineirinho”, encomendado à Clarice Lispector pelo conselho editorial da *Revista Senhor*, foi publicado como crônica um mês depois do fato ocorrido no primeiro de maio de 1962, quando os jornais cariocas noticiaram a morte do assaltante José Miranda Rosa, o “Mineirinho”. Tendo escapado do Manicômio Judiciário e jurado nunca mais voltar ao cárcere para cumprir sua pena de cento e quatro anos, o jovem de vinte e oito anos foi acuada por trezentos policiais fortemente armados e acabou crivado de balas. Seu corpo foi encontrado à margem da Estrada Grajaú-Jacarepaguá com treze tiros: três nas costas, cinco no pescoço, um no braço esquerdo, outro na axila esquerda e o último na perna direita, dado à queima-roupa.

Há óbvias diferenças entre o Mineirinho de Clarice Lispector, personagem verídico das favelas cariocas, tido como uma espécie de Robin Hood vingador do seu povo; e um dos mineirinhos de Guimarães Rosa, protagonista da sua história: o fictício Augusto Esteves, rico e proprietário, explorador dos humildes e desassistidos, vingador unicamente de sua suposta honra forjada num molde feito sob medida, a quem a desgraça acomete como esperança de redenção.

Em ambos os contos, não se trata de questionar a predisposição humana para a violência, tomada por ambos os escritores como uma inclinação natural, ao contrário do que pensam os filósofos que questionam se uma eventual “pureza originária” da espécie poderia ser conduzida ou corrompida pela cultura e pela educação - ou pela falta delas¹. Trata-se de mergulhar nas profundezas anímicas do sujeito exposto à existência nas mais diversas circunstâncias, e explorar os diferentes modos possíveis e disponíveis de

¹ Em *O inumano*, por exemplo, Lyotard interroga: “Que poderemos chamar de humano no homem? A miséria inicial da sua infância ou a sua capacidade de adquirir uma ‘segunda’ natureza que, graças à língua, o torna apto a partilhar da vida comum, da consciência e da razão adulta? Num ponto estamos todos de acordo: esta última assenta e suporta a primeira. A questão é apenas de saber se essa dialética, seja qual for o nome com que a enfeitemos, não deixa vestígios.” (LYOTARD, 1997, p. 11).

orientação, prevenção ou controle das formas de reação do mesmo aos desafios que lhe são impostos. Neste aspecto, ambos flertam em seus textos com as consequências de um eventual treinamento da sociedade para o exercício de uma ética humanista, cristã ou outra.

Não surpreende, pois, que um dos aspectos que curiosamente aproximam essas histórias seja a estreita ligação de seus personagens com a religiosidade. Nhô Augusto, ao ser salvo da morte por um humilde casal de negros, depois de moído pelos seus próprios capangas traidores, vendidos ao seu maior inimigo (tendo sido, inclusive, ferrado à brasa com o símbolo deste, *um triângulo num círculo* – detalhe não irrelevante em se tratando de Guimarães Rosa²), ingressa num longo processo de expiação baseado no arrependimento profundo e no desejo de transformar sua vida a serviço do trabalho duro, sem recompensa, e da ajuda ao próximo com o objetivo de entrar no “reino do céu”.

Já a Mineirinho não parece ser dada uma segunda oportunidade. Ou bem o assassino autêntico não tinha redenção possível, dado à gravidade de seus crimes; ou bem a emboscada que sofreu foi ainda mais despropositada e desigual do que aquela buscada pelo personagem Nhô Augusto. O que se sabe é que, a certa altura da vida e sob certa conjuntura, ambos partiram, decididos e destemidos – talvez movidos pela imprudência (arrogante ou reativa), como alerta Guimarães Rosa – para o enfrentamento do dia fatídico. O dia em que a casa cai.

No caso de Nhô Augusto, a casa caiu quando ele, por seu procedimento abusivo, permissivo e irresponsável ao longo da vida, pôs a perder tudo o que tinha, porque tinha muito: saúde, família, amor, bens, poder, posição social, orgulho e notoriedade. Já para o Mineirinho, a casa não podia cair porque não existia. Como nos versos de Vinícius de Moraes: “Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada/Ninguém podia entrar nela não, porque a casa não tinha chão”. Sem chão, sem passado e sem futuro,

² O símbolo em questão é uma figura da Geometria Sagrada conhecida como eneagrama. Do pensamento grego de Pitágoras e Platão às filosofias herméticas e gnósticas, passando pelo judaísmo, cristianismo e islamismo é possível encontrar essa figura. Apresenta uma interconexão entre leis universais: a Lei do Um (o círculo) faz alusão à ideia da unidade na diversidade, e a Lei do Três (o triângulo) faz alusão às forças de ação, reação e mediação (criativa, destrutiva e preservadora; ou ativa, receptiva e reconciliadora), ao invés das duas visíveis – causa e efeito. No conto há uma estrutura reiteradamente ternária. Há os três momentos narrativos: de desatino libertino, de recolhimento penitente e de enfrentamento equilibrado. Há as três alcunhas do personagem: Augusto Esteves, Nhô Augusto e Matraga. Há as três locações: os povoados das Pindaíbas ou Saco-da-Embira, do Tombador e do Rala-coco. E há as tríades de personagens: o homem, a mulher e a criança; o homem e o casal de negros; o homem, a vítima (Juruminho) e o vingador (Joãozinho Bem Bem).

Mineirinho era mais um representante da miséria cuja única posse era o seu instante-já: um presente de contínua e inconsequente revolta. Um presente reiteradamente suicida, que se expressava, contraditoriamente, na fúria homicida de seus atos.

Coube, portanto, à Clarice Lispector, desnudar para a sociedade da época como o fuzilamento de Mineirinho pela polícia abalava os alicerces das casas de bem de seus leitores desavisados, aos quais ela chama de “sonsos”:

Já era tempo de, com ironia ou não, sermos mais divinos; se adivinhamos o que seria a bondade de Deus é porque adivinhamos em nós a bondade, aquela que vê o homem antes de ele ser um doente do crime. Continuo, porém, esperando que Deus seja o pai, quando sei que um homem pode ser o pai de outro homem. E continuo a morar na casa fraca. Essa casa, cuja porta protetora eu tranco tão bem, essa casa não resistirá à primeira ventania que fará voar pelos ares uma porta trancada. Mas ela está de pé, e Mineirinho viveu por mim a raiva, enquanto eu tive calma. Foi fuzilado na sua força desorientada, enquanto um deus fabricado no último instante abençoa às pressas a minha maldade organizada e a minha justiça estuprificada: o que sustenta as paredes de minha casa é a certeza de que sempre me justificarei, meus amigos não me justificarão, mas meus inimigos que são os meus cúmplices, esses me cumprimentarão; o que me sustenta é saber que sempre fabricarei um deus à imagem do que eu precisar para dormir tranquila, e que outros furtivamente fingirão que estamos todos certos e que nada há a fazer. (LISPECTOR, 2016, p. 389)

Comparar o destemor de Nhô Augusto e o de José Miranda Rosa causa mal-estar não só pela distância social que os separa, mas pelo abismo ontológico que se abre entre eles. Nhô Augusto, por mais que se assemelhe aos coronéis de outros tempos, nasceu e viveu na imaginação de João Guimarães Rosa. José Miranda Rosa – símile somente em sobrenome e em conterraneidade – nasceu e viveu no mundo cru e despido de estética, sem a mais ínfima noção do rebuscamento literário ou artístico e de sua missão. Sua realidade decerto estava mais próxima da realidade de Quim, “o pobre do Quim recadeiro”, antigo empregado camarada de Nhô Augusto nos tempos de prosperidade. A esse mineirinho também não foi concedida uma segunda chance de redenção, e o seu martírio pelos capangas do inimigo equiparou-se à sanha dos policiais cariocas no mundo real, que virou manchete jornalística:

Pois o Quim tinha morrido de morte matada, *com mais de vinte balas no corpo*, por causa dele, Nhô Augusto. Quando soube que seu patrão tinha sido assassinado, de mando do Major, não tivera dúvida: ... jurou desforra, beijando a garrucha, e não esperou café coado!

Foi cuspir no canguçu detrás da moita, e ficou morto, mas já dentro da sala de jantar do Major, e depois de matar dois capangas, e ferir mais um. (ROSA, 2009, p. 251)³

A esse respeito, o crítico Willi Bolle defende que Guimarães Rosa teria traçado, ao longo de sua obra, um quadro tão lúcido quanto profético da criminalização generalizada da sociedade, que hoje testemunhamos:

Não somente no remoto sertão, mas também nas grandes cidades existem territórios onde a soberania é exercida abertamente por bandidos no lugar de policiais; estes, quando em greve, encapuzados e de armas na mão, confundem-se com criminosos. Quanto a vários políticos do mais alto escalão, eles têm ocupado o noticiário não pelos serviços que prestam à nação, mas pelo seu envolvimento em ações ilegais, no estilo dos velhos mandões locais e de chefes de quadrilha. Nesse contexto, convém lembrar que *Grande sertão: veredas* é um retrato do “sistema jagunço” (a expressão é do narrador Riobaldo), retrato que põe em cena, alegoricamente, bandos de criminosos disputando o poder no planalto central do Brasil. (BOLLE, 2002, p. 353)

Bolle afirma que o protagonista intrínseco da obra de Guimarães Rosa é a multidão dos marginalizados e excluídos - mais de 30% da população brasileira -, um contingente que tem recebido pouca atenção da intelectualidade nacional. A carência crônica de tudo, presente na história pessoal desses “mineirinhos” - nem sempre interessante aos relatos literários - justifica, talvez, a patética presença da oração “Cinco minutos diante de Santo Antônio”, encontrada no bolso da camisa do cadáver de José Miranda Rosa, fato que foi ressaltado com relevo pela imprensa da época. Nessa oração, como em tantas outras preces que desde sempre frequentam o imaginário religioso, seja ele católico ou de outras denominações, percebe-se a precisão com que são enumerados os desprovidos básicos dos fiéis – destituídos de direitos de trabalho, moradia, segurança, saúde, escola, etc. –, já previstos na jaculatória do santo⁴:

³ Os feitos de Quim, sem dúvida, superaram amplamente a valentia do patrão, que se deixou abater ainda no pátio do Major, não atingindo sequer a varanda. Essa brabeza, contudo, somada à lealdade cega, desinteressada, ritualística e sacrificial do empregado lhe rendeu, no máximo, um breve parágrafo no conto que dedica quase vinte laudas a Augusto Matraga.

⁴ Richard Rorty comenta que, do ponto de vista cristão, é deplorável a tendência de nos sentirmos mais próximos daqueles com quem a identificação imaginária é mais fácil: “Faz parte da ideia cristã de perfeição moral tratar a todos como semelhantes pecadores. Para os cristãos, não se alcança a santidade enquanto se sente uma obrigação maior diante de um filho de Deus e menor diante de outro; os contrastes discriminatórios devem ser evitados por princípio. O universalismo ético secular adotou essa atitude”. A posição do filósofo, porém, é incompatível com esse princípio, quer em sua forma religiosa, quer em sua forma secular. A visão que oferece - e que julgamos útil para esta reflexão - defende a existência de um progresso moral que se daria em direção à maior solidariedade humana. Esta não é vista como o reconhecimento de uma “essência” em todos os seres humanos, mas como “a capacidade de considerar sem importância um número cada vez maior de diferenças tradicionais (de tribo, religião, raça, costumes, etc.),

Estou disposto a fazer tudo por ti, mas, filho, dize-me uma a uma todas as tuas necessidades, pois desejo ser o intermediário entre tua alma e Deus, com o fim de suavizar teus males. Desejas o meu auxílio no teu negócio, queres a minha proteção para restituir a paz na tua família, tens desejo de conseguir algum emprego, queres ajudar alguns pobres, alguma pessoa necessitada, queres a tua saúde ou a de alguém a quem muito estimas? Coragem, que tudo obterás⁵.

A biografia de Mineirinho torna-se muito singular quando lida junto à prece. Mais singular ainda, nessa proposta de aproximação dos dois textos, fica a motivação profunda e elevada de Nhô Augusto quando escapa da emboscada fatal e pede para chamar um padre a quem deseja se confessar, pedir absolvição dos pecados (que agora reconhece como tais e pelos quais se arrepende), e buscar orientação para um novo rumo a dar à sua vida (“P’ra o céu eu vou, nem que seja a porrete!”) (ROSA, 2009, p. 249). Obtém, mais uma vez – ao contrário dos demais mineirinhos, o Rosa real e o Quim fictício – apoio e consolo para essa nova etapa. Um padre bondoso o acolhe e sossega a sua aflição, afirmando: “Deus mede a espora pela rédea, e não tira o estribo do pé de arrependido nenhum”; e ainda: “Deus não regateia a nenhum coração contrito”; fornecendo-lhe afinal o mote norteador de sua trajetória de contrição, que vem a ser o mote da narrativa: “Cada um tem a sua hora e a sua vez: você há de ter a sua” (ROSA, 2009, p. 248).

É preciso atentar para o fato de que a preocupação dominante em ambas as histórias gira em torno do conceito de justiça. Caro a Guimarães Rosa pela exploração do viés da vingança - um dos expedientes principais do regime de autotutela vigente nas sociedades destituídas de Estado, palco predileto de suas narrativas onde vigora apenas a lei do mais forte - torna-se um dos *leitmotifs* mais importantes de sua obra. O confronto encenado por Guimarães Rosa entre o coronel decaído e redimido e o jagunço Joãozinho Bem Bem traz para o palco literário esse conflito dramático, jamais resolvido no seio da realidade brasileira, que segue ao longo de eras com suas fundas contradições sociais desafiando todos os anseios democráticos de liberdade, autonomia e justiça.

Já para Clarice Lispector, esse conflito não comparece em suas histórias com muita frequência, apesar de sua formação em Direito. Quando comparece, como na crônica sobre o Mineirinho, ou na novela *A hora da estrela*, surge mais como um *mea culpa* sobre

quando comparadas às semelhanças concernentes à dor e à humilhação – à capacidade de pensar em pessoas extremamente diferentes de nós como incluídas na gama do ‘nós.’” (RORTY, 2007, p. 316).

⁵ Cinco minutos Diante de Santo Antônio. Portal Catolicismo Romano. Disponível em: <<https://www.catolicismoromano.com.br/cinco-minutos-diante-de-santo-antonio/>>.

o que a autora julgava uma incapacidade pessoal de lidar de modo “literário” com o social, como confessa na crônica “Literatura e justiça”. É bom lembrar que desde sempre houve, por parte da crítica, essa acusação de hermetismo que demonizava sua escrita como esotérica e inacessível, ao que ela contrapõe:

Desde que me conheço o fato social teve em mim importância maior que qualquer outro: em Recife os mocambos foram a primeira verdade para mim. Muito antes de sentir “arte”, senti a beleza profunda da luta. (...) O problema da justiça é em mim um sentimento tão óbvio e tão básico que não consigo me surpreender com ele – e, sem me surpreender, não consigo escrever. (LISPECTOR, 2018, p. 650)

Em 1941, ainda estudante de Direito na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, a escritora publica o artigo “Observações sobre o fundamento do direito de punir”, na Revista *A Época* - órgão oficial do corpo discente da faculdade - no qual questiona o significado do crime, o papel do Estado, o sentido da pena e a possibilidade de alcance das finalidades que tornam legítima a sua aplicação. Como lembra Chaves (2012, p. 300), o contexto histórico era o Estado Novo (1937-1945), período da Era Vargas que restou marcado pelo autoritarismo e centralização política.

Neste artigo, a jovem aluna do terceiro ano questiona a própria pertinência do conceito de punitivismo numa sociedade relativamente desenvolvida, na qual um efetivo contrato social entre os homens e o Estado já estivesse minimamente em vigência. Partindo de uma comparação com a medicina - área de formação do escritor mineiro -, ela reflete sobre a real falência e precariedade do sistema racional de justiça, que há muito deveria ter-se distanciado da lei da vingança:

Houve um tempo em que a medicina se contentava em segregar o doente, sem curá-lo e sem procurar sanar as causas que produziam a doença. Assim é hoje a criminologia e o instituto da punição. (...) De início, não existiam direitos, mas poderes. Desde que o homem pôde vingar a ofensa a ele dirigida e verificou que tal vingança o satisfazia e atemorizava a reincidência, só deixou de exercer sua força perante uma força maior. No entanto, como acontece muitas vezes no domínio biológico, a reação – vingança – começou a ultrapassar de muito a ação – ofensiva – que a provocara. (...) Atualmente, em verdade, não é de punir que se tem direito, mas de se defender, de impedir, de lutar. Punir é, no caso, apenas um resquício do passado, quando a vingança era o objetivo da sentença. E a permanência desse termo no vocabulário jurídico é um ligeiro indício de que a pena hoje ministrada ainda não é uma pena científica, impessoal, mas que nela entra muito dos sentimentos individuais dos aplicadores do direito (como sejam sadismo e ideia de força que confere o poder de punir). E nesse caso até repugna admitir um “direito de punir”. (LISPECTOR, 2020, p. 51)

Num outro registro, o escritor pernambucano Osman Lins, um ano antes da publicação de *A hora da estrela* (1977), de Clarice Lispector, elabora no romance *A rainha dos cárceres da Grécia* uma crítica à obscuridade das leis que dão margem à arbitrariedade de sua interpretação, e, em geral, ao alijamento do cidadão comum da percepção dos fundamentos dos textos que o governam:

Contraria o espírito da lei ser o texto legal um livro doméstico, um almanaque como o do *Capivarol* (o fortificante da família), ou um catecismo para iniciantes, ou o *Manual prático do abridor de latas*. Isto avacalha o troço. A lei, distintos jurados, tem de ser escrita numa língua morta e enterrada, desconhecida das gentes, porque senão perde a graça. O modelo das leis são os oráculos e cada servidor será um intérprete. Por isso, todos são iguais perante a lei e, sem razão alguma, pode-se ter ganho de causa ou ser absolvido, tudo dependendo de nós, seus humildes guardiões e hermeneutas *uti possidetis*. Já imaginou que chato, peticionária, se todo gato-pingado soubesse quanto tem de pagar quando se mexe ou abre a boca? O sentido natural da Justiça exige que o povo em geral dependa de uma plêiade – nós -, porque de acordo com o artigo primeiro, você, infringindo as cláusulas segundas, beneficia-se do item anterior, incorrendo nas penalidades inerentes ao parágrafo final, no uso todavia das atribuições que lhe conferem as alíneas correlatas e revogadas as disposições em contrário. Ou, conforme preconizam os tratadistas: *Ab hoc et ab hac*. (LINS, 1976, p. 92)

Naturalmente, nem Clarice Lispector nem tampouco Osman Lins aceitariam tornar-se porta-vozes de uma classe social à qual não pertenciam. Por isso, as protagonistas desses dois romances aparentados, Macabéa e Maria de França, são conduzidas pelo mesmo mote: a ausência de voz pessoal, associada à implícita recusa de aceitar pacificamente o discurso sobre si, cuidadosamente elaborado pelos escritores que se apropriam de suas histórias. Assim, o narrador Rodrigo S.M., no primeiro caso, e o biólogo dublê de romancista que assina, homonimamente, o romance/diário de Osman Lins, encenam ambos não apenas a representação do intelectual cercado pelos desassistidos, mas a distância e o desencontro dessas duas classes cidadinas.

O artifício da narrativa de encaixe ou “em abismo”, que coloca “entre aspas” todas as falas dessas subalternas - ironicamente, as “estrelas” da encenação - é articulado como um mecanismo regulatório da relação entre os intelectuais e o povo, em diálogo com as complexas condições políticas dos anos 1970-1980, como aponta Regina Dalcastagné:

Portanto, o que essas mulheres nos têm a dizer não é sobre elas, sobre suas existências difíceis, contaminadas de escassez, mas sobre seus autores, sobre a elite intelectual brasileira que, muitas vezes insensível ao que não lhe parece dizer respeito, também se debate, vez ou outra, com a desconfortável necessidade de tomar uma posição diante da nossa realidade social. Ou, ao menos, de explicitar o próprio desconforto. Como dizia o

sociólogo francês Pierre Bourdieu: ‘Eu não me sinto jamais plenamente justificado por ser um intelectual; não me sinto ‘em casa’; tenho o sentimento de ter contas a prestar – a quem? eu não sei – pelo que me parece ser um privilégio injustificável’”. (DALCASTAGNÉ, 2003, p. 3)

Assim como o assaltante retratado na crônica de Clarice, também sua personagem Macabéa, assinalada pela sorte proferida por uma cartomante, encontrou o destino reservado aos “mineirinhos” espalhados pelo país, independente da região de suas origens. Encontrou a sua hora e a sua vez num átimo, atropelada não por metralhadoras, como o facínora dos morros, mas por outra máquina poderosa, um Mercedes transatlântico, desses que atravessam as ruas sem regras nem leis, ceifando a anônima vida de um ou outro trabalhador que aguarda distraído o seu ônibus.

Restando inerte numa sarjeta, Macabéa ainda encontra forças, na ficção de Clarice, para olhar entre as pedras do esgoto o ralo de capim verde da mais tenra esperança humana: “Capim na grande Cidade do Rio de Janeiro”. Clarice profetiza, eivada de um otimismo inaudito:

Sua queda não era nada, pensou ela, apenas um empurrão. Batera com a cabeça na quina da calçada e ficara caída, a cara mansamente voltada para a sarjeta. E da cabeça um fio de sangue inesperadamente vermelho e rico. *O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça anã teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.* (LISPECTOR, 2017, p. 104, grifo nosso)

“Talvez”. A história de Guimarães Rosa não parece contemplar a boa-vontade de sua colega de profissão/missão, acreditando mais na dúvida explícita na conjunção condicionante que ela deixa escapar do que na ambiciosa esperança da frase. Provavelmente, por isso, o mineiro de Cordisburgo não relata em seu conto a história do mineirinho Quim, mas a de Augusto Esteves, desejando quiçá sugerir que esse levante dificilmente poderá vir da “raça anã”, mas da responsabilidade dos gigantes que se apequenam e se aniquilam continuamente a serviço do empenho de suas próprias almas. Daí a profunda religiosidade implícita nessas páginas. Por que não é a um levante dos oprimidos que chama à luta o texto rosiano, mas à tomada de consciência dos opressores, ainda que romantizada e irônica (como a imagem dos sonsos de Clarice), a fazer jus à própria dúvida:

Mas, a vergonha atrasada? E o castigo? O padre bem que tinha falado: “- Você, em toda sua vida, não tem feito senão pecados muito graves, e Deus mandou estes sofrimentos só

para um pecador poder ter a ideia do que o fogo do inferno é!” Sim era melhor rezar mais, trabalhar mais e escorar firme, para poder alcançar do reino-do-céu. Mas o mais terrível era que o desmazelo de alma em que se achava não lhe deixava esperança nenhuma do jeito de que o céu podia ser. – Desonrado, desmerecido, marcado a ferro feito rês, mãe Quitéria, e assim tão mole, tão sem homênia, será que eu posso mesmo entrar no céu?!... Como é que eu vou me encontrar com o Quim lá com Deus, com que cara?!... (ROSA, 2009, p. 252)

Ao que responde com sabedoria a mãe preta: “- Não fala fácil, meu filho! Dei’stá: debaixo do angu tem molho, e atrás de morro tem morro. Vira o demônio de costas, meu filho. ... Faz o que o seu padre mandou!” (ROSA, 2009, p. 253), sugerindo que mais vergonheira ainda do que se humilhar diante dos homens é a vergonheira desapercibida que se passa diante de Deus, quando se desperdiça uma vida na perdição consciente da alma.

Essa “vergonheira” torna-se objeto, por assim dizer, da reflexão de Edward Said em seu livro *Representações do intelectual*, quando se debruça sobre as relações deste personagem com as instituições, os grandes meios de comunicação, o poder e a sociedade durante e depois da Guerra Fria, que teriam levado à indiferença ou à impostura de seu discurso num contexto em que - como diz Gilles Deleuze - confunde o “falar na intenção de”, tão necessário em certos cenários, com o falar “no lugar de”, tão devastador⁶.

Para Gilles Deleuze, a desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato político e o agenciamento coletivo da enunciação seriam as três características da literatura “menor”⁷, pois:

O que o escritor sozinho diz já constitui uma ação comum, e o que ele diz ou faz é necessariamente político, ainda que os outros não estejam de acordo. O campo político contaminou todo o enunciado. Mas sobretudo, porque a consciência coletiva ou nacional está sempre inativa na vida exterior e sempre em vias de desagregação, é a literatura que se encontra encarregada positivamente desse papel e dessa função de enunciação coletiva,

⁶ “Fim último da literatura: pôr em evidência no delírio essa criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo, isto é, uma possibilidade de vida. Escrever por esse povo que falta... (“por” significa “em intenção de” e não “em lugar de”).” (DELEUZE, 1997, p. 15)

⁷ Deleuze e Guattari (1977) identificaram na literatura de Franz Kafka - judeu tcheco que escrevia em alemão - uma função “menor” da linguagem, que definiram como o exercício de desvio ou variação da língua maior ou dominante, rígida, para dar voz a um povo bastardo e seus afetos. Suas obras revelariam os pesadelos de personagens submetidos à servidão - e à dominação - por convenções e determinações burocráticas invioláveis. Em sua narrativa, Kafka desloca o trágico e a culpabilidade para a alegria, entendida como potência. Assim, a voz da minoria revelada nessa literatura grita por autonomia, provocando uma revolução política sem ser ideológica ou subversiva.

e mesmo revolucionária. (...) *A literatura tem a ver é com o povo.* (DELEUZE, 1977, p. 27)

Denunciada por Guimarães Rosa no seu irônico confronto de um poderoso redimido lutando em igualdade de condições com um jagunço (pela defesa dos desamparados da classe social deste último); e por Clarice Lispector no seu relato jornalístico, ao qual se referirá na sua última entrevista como um de seus trabalhos mais relevantes, essa “vergonheira”, abordada por Said em seu livro, poderia ser enfrentada:

O problema para o intelectual é tentar lidar com as restrições do profissionalismo moderno, sem fingir que elas não existem ou negando sua influência, mas representando um conjunto diferente de valores e prerrogativas. Chamarei essa atitude de *amadorismo*, literalmente uma atividade que é alimentada pela dedicação e pela afeição, e não pelo lucro e por uma especialização egoísta e estreita. (...) O espírito do intelectual como um amador pode transformar a rotina meramente profissional da maioria das pessoas em algo muito mais intenso e radical; em vez de se fazer o que supostamente tem que ser feito, pode-se perguntar por que se faz isso, quem se beneficia disso, e como é possível tornar a relacionar essa atitude com um projeto pessoal e pensamentos originais. (SAID, 2005, p. 71)

Esta alternativa pode ser identificada, no conto de Guimarães Rosa, pela opção inusitada da conversão, não inteiramente pacífica, de um representante da classe opressora num estranho ser irreconhecível para os seus antigos pares e para si mesmo. O fato de não se tratar de um homem de letras amplia a percepção do intelectual como alguém que discute posturas e posicionamentos sociais para além do verbo: com o exemplo e a própria vida. Matraga seria, assim, um adepto da ética das verdades, que segundo Alain Badiou, refere-se a situações concretas e volta-se contra a vaga ética dos princípios, hábil em denunciar por toda a parte um mal radical.

Badiou reconhece que a força da ética das verdades reside na sua evidência. Com efeito, sabemos pela experiência que o sofrimento é visível. Já os teóricos do século XVIII haviam feito da piedade – identificação com o sofrimento do ser vivo – a mola-mestra da relação com o outro. Que a corrupção, a indiferença ou a crueldade dos dirigentes políticos são as causas maiores de seu descrédito, os teóricos gregos da tirania já o notavam. Que é mais fácil construir um consenso sobre o errado do que sobre o certo, as igrejas já tiveram essa experiência: sempre lhes foi mais fácil indicar o que não deve ser feito – contentar-se com as abstinências – do que definir o que deve ser feito.

Badiou relaciona alguns conceitos fundamentais de sua teoria: acontecimento, verdade, sujeito, consistência. Se não há uma ética “em geral” é porque falta o sujeito

abstrato que deveria possuí-la. O que há é um animal particular, convocado pelas circunstâncias a se tornar sujeito. Isto quer dizer que tudo o que ele é, seu corpo, suas capacidades, em certo momento é requisitado para que uma verdade faça o seu caminho. Então o animal humano é intimado a ser o “imortal” que não era. Ao contrário do dia em que a casa caiu para Nhô Augusto, a “hora e a vez” do mineirinho Matraga - que se coloca, inesperadamente, no instante em que se faz imperativo defender a inocente família do assassino de Juruminho, sujeita a pagar pelo crime alheio em função da prática da justiça em vigor - coincide, portanto, com o que Badiou denomina de *acontecimento*: algo que, estando fora de todas as leis regulares da situação, obriga a inventar e a decidir uma nova maneira de ser e de agir dentro da situação.

A decisão do sujeito de se referir à situação, daí por diante, do ponto de vista do acontecimento, origina então o que Badiou entende por “processo de uma verdade”: “A fidelidade ao acontecimento é ruptura real (pensada e praticada) na ordem própria em que o acontecimento teve lugar. Chamamos “verdade” (*uma* verdade) ao processo real de uma fidelidade a um acontecimento. Aquilo que essa fidelidade *produz* na situação” (BADIOU, 1995, p. 55).

O sujeito que é suporte de uma fidelidade, portanto, não preexiste ao processo. Ele é absolutamente inexistente antes do acontecimento. É o processo de verdade que *induz* um sujeito. Preso, assim, como ponto-suporte ao processo de uma verdade, é simultaneamente ele mesmo - uma singularidade múltipla reconhecível entre todas; e “em excesso” sobre ele mesmo - porque o traçado aleatório da fidelidade passa por ele, transita por seu corpo singular e o inscreve, do próprio interior do tempo, num instante de eternidade.

A ética de uma verdade é expressa, assim, pelo conflito crônico entre duas forças que agem no sujeito: de um lado, o pertencer a uma situação, aquilo que se pode chamar o princípio de interesse do ser, seu instinto de conservação. De outro, o pertencer à composição de um sujeito de verdade, que depende de um traçado próprio, de uma ruptura continuada, do enlace do que é conhecido pelo que ainda não é, ou aquilo que se pode chamar de princípio subjetivo. É nesse ponto que Badiou enuncia a ética de uma verdade como aquela que afirma ao sujeito: “Faz tudo o que poderes para perseverar no que excedeu a tua perseverança. Persevera na interrupção. Captura em teu ser aquilo que te capturou e te deteve” (BADIOU, 1995, p. 60).

A perseverança de Matraga na sua obstinada convicção de deter o mal é o que o torna um sujeito, ao final da história. Badiou afirma que a figura do mal, dependente do bem (as verdades), tem três faces: o simulacro (ser o fiel aterrorizante de um falso acontecimento), a traição (ceder em uma verdade em nome de interesses próprios), e o desastre (crer que a potência de uma verdade é total e partir para a sua generalização, a sua imposição aos outros). A ética das verdades, que vai apenas dar consistência a esse sujeito que somos e a quem aconteceu ter que sustentar com sua própria perseverança animal a perseverança intemporal de um sujeito de verdade, é também o que tenta deter o mal por sua inclusão efetiva e tenaz no processo de uma verdade. “A ética das verdades combina, então, sob o imperativo do ‘Continuar!’, um recurso de discernimento (não se prender aos simulacros), de coragem (não ceder), e de reserva (não se dirigir aos extremos da totalidade)” (BADIOU, 1995, p. 61).

A figuração do intelectual (o próprio escritor Rosa) como alguém que encarna, no meio do povo, um elemento estranho profundamente solidário (seu personagem Matraga), capaz de ir às últimas consequências não por generosidade ou piedade, mas pelo exercício inabalável e entusiasta de seu próprio discernimento, coragem e reserva, é uma estratégia similar àquela utilizada por Clarice Lispector na estrutura narrativa de *A hora da estrela*. Quando, no texto “Literatura e justiça”, ela reconhece sua culpa por não agir solidariamente no “estado de emergência e de calamidade pública” (LISPECTOR, 2017, p. 46) que é a sua realidade circundante, representada na novela, faz questão de afirmar que:

Por tolerância hoje para comigo, não estou me envergonhando totalmente de não contribuir para nada humano e social por meio do escrever. É que não se trata de querer, é questão de não poder. Do que me envergonho, sim, é de não “fazer”, de não contribuir com ações. Disso me envergonharei sempre. E nem sequer pretendo me penitenciar. Não quero, por meios indiretos e escusos, conseguir de mim a minha absolvição. Disso quero continuar envergonhada. Mas, de escrever o que escrevo, não me envergonho: sinto que, se eu me envergonhasse, estaria pecando por orgulho. (LISPECTOR, 2018, p. 650)

Nesta confissão de reconhecimento da ação literária como um acontecimento, capaz de banir o mal pelo engajamento do sujeito, entende-se a figuração irônica do intelectual (neste caso, o escritor Rodrigo S.M.) que se debate confusamente diante da “obrigação” de dar voz ao relato “social” da pobre moça Macabéa:

Pretendo, como já insinuei, escrever de modo cada vez mais simples. Aliás, o material de que disponho é parco e singelo demais, as informações sobre os personagens são poucas e não muito elucidativas, informações estas que penosamente me vêm de mim para mim mesmo, é trabalho de carpintaria. (LISPECTOR, 2017, p. 50)

Na equivocada tentativa de ceder aos imperativos exteriores a fim de afirmar-se profissionalmente, Rodrigo S.M. distancia-se daquilo que Edward Said convoca como determinante para a sobrevivência do intelectual na atualidade: o amadorismo⁸.

Pretendendo encontrar o tom da fala que não lhe pertence, ele se torna cada vez mais artificial, impaciente, indiferente e aborrecido. Seu vínculo com a ética de uma verdade, patente na hora e vez de Matraga, é cada vez mais distante, para não dizer impossível. Ele agride sua personagem e o que ela representa; ele a humilha e ridiculariza, exibindo a todo o momento sua concessão às três faces do mal de que fala Badiou: o simulacro, a traição e o desastre. Rodrigo S.M. é o avesso de Clarice Lispector, encenado cuidadosamente para revelar os perigos e descaminhos do escrever não amadorístico, não encantatório, não convertido e não aberto. O escrever sem aspiração à hora e à vez, sem verve e sem vida. Não surpreende que, para Guimarães Rosa, a morte de Matraga seja experimentada em júbilo e heroísmo, pois “se no final morremos todos e nada resta senão pó, isso não muda a identidade do homem como imortal, no instante em que ele afirma o que está na contramão do querer-ser-um-animal a que a situação o expõe” (BADIOU, 1995, p.26).

Também não surpreende que Rodrigo S.M., atravessando seu relato incômodo como um elegante Mercedes numa rua sem asfalto, acabe por assassinar sua estrela e a si mesmo enquanto escritor: “Macabéa me matou” (LISPECTOR, 2020, p. 109). Diríamos até que com um despropósito de disparos – para evocar o Mineirinho da crônica -, como podemos entender seu longo monólogo sacrificial ao longo do processo da escrita, que ricocheteia sem dó contra seu próprio objeto, e contra o sujeito de uma verdade que ele jamais virá a ser, lamentavelmente. Pois, como diz Badiou:

⁸ Na entrevista concedida a Julio Lerner em 1977, pouco antes de morrer, Clarice Lispector é categórica: “- A partir de qual momento você efetivamente decidiu assumir a carreira de escritora? – Eu nunca assumi. – Por quê? – Eu não sou uma profissional, eu só escrevo quando eu quero. Eu sou uma amadora e faço questão de continuar sendo uma amadora. Profissional é aquele que tem uma obrigação consigo mesmo de escrever. Ou então com o outro, em relação ao outro. Agora eu faço questão de não ser uma profissional para manter a minha liberdade.” (LERNER, 1992).

Apenas declarando querer aquilo que o conservadorismo decreta ser impossível e afirmando as verdades contra o desejo do nada é que nos afastamos do niilismo. A possibilidade do impossível, que todo encontro amoroso, toda reformulação científica, toda invenção artística e todo passo da política da emancipação põem sob nossos olhos, é o único princípio – contra uma ética do bem-viver, cujo conteúdo real é decidir a morte – de uma ética das verdades. (BADIOU, 1995, p. 51)

Referências bibliográficas

- BADIOU, Alain. *Ética – um ensaio sobre a consciência do mal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- BOLLE, Willi. Representação do povo e invenção de linguagem em Grande sertão: veredas. *Scripta*. Revista de Literatura do Centro de Estudos Luso-Afrobrasileiros da PUC-Minas. Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 352-366, 2002.
- CHAVES, Ana Cecília Santos. Clarice Lispector e o fundamento do direito de punir. *Revista dos Estudantes de Direito da Unb*. Brasília, v. 10, p. 299-315, 2012.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DALCASTAGNÉ, Regina. Voz e exclusão da personagem popular no romance brasileiro contemporâneo: Clarice Lispector e Osman Lins. *Diálogos Latinoamericanos*. Aarhus, n. 8, p. 4-27, 2003.
- LERNER, Júlio. *A última entrevista de Clarice Lispector*. Revista Shalom, n. 296, p. 62-69, 1992.
- LINS, Osman. *A rainha dos cárceres da Grécia*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: *Todos os contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- LISPECTOR, Clarice. *Todas as crônicas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.
- LISPECTOR, Clarice. Observações sobre o direito de punir. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.
- LYOTARD, Jean-François. *O inumano*. Lisboa: Estampa, 1997.
- NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- ROSA, João Guimarães. A hora e a vez de Augusto Matraga, In: *Sagarana. Ficção Completa*, vol. II. Org. Eduardo F. Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.
- ROSENBAUM, Yudith. A ética na literatura: leitura de “Mineirinho”, de Clarice Lispector. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 69, 2010.
- RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Versão em *e-book*)

Recebido em 19/12/2020

Aceito em 13/04/2021

ⁱ **Ermelinda Maria Araújo Ferreira** é formada em Medicina e Letras, Mestrado em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC-Rio e Universidade de Lisboa. Pós-doutorado em Crítica Literária pela Universidade Nova de Lisboa. Professora do Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE, Líder do Núcleo de Estudos de Literatura e Intersemiose (NELI/CNPq), Editora da *Intersemiose* – Revista digital. Pesquisadora do CNPq (2012-2018).

E-mail: ermelindaferreir@uol.com.br